

## PUBLIC ENTITIES AND THEIR CONTROL: COMPARATIVE ANALYSIS

The author, from the team of the Secretariat of Planning, Science and Technology of the State of Bahia, presents a comparative study of the control systems of the public entities in Brazil and France, stressing the peculiarities of the State of Bahia.

Contrary to industrialized countries, such as France, the countries of the Third World saw the public sector expand as a result of the weakness of its economy and the absence of infra-structure. Thus the systems of control established in such countries resulted from different causes. Even the concept of public enterprise differs in France and Brazil.

Throughout his work the Author examines in great detail the organs in charge of such control, in Brazil as well as in France, and its functions in terms of legislation and practical measures.

## LES ENTREPRISES PUBLIQUES ET LEUR CONTRÔLE: UNE ANALYSE COMPARATIVE

Dans ce travail l'auteur, qui appartient à l'équipe de techniciens du Secrétariat de Planification, Science et Technologie de Bahia, fait une étude comparative des systèmes de contrôle des entreprises publiques au Brésil et en France, mettant en relief les caractéristiques particulières de Bahia.

L'auteur assure que contrairement à ce qui arrive dans les pays industrialisés comme la France, dans les pays qui appartiennent au Tiers Monde, le secteur publique des entreprises a été amplifié à cause de l'incapacité de l'économie et de l'absence d'une infrastructure. Ainsi, les systèmes de contrôle qui ont été implantés ici et là ont eu des causes bien différentes. Même la notion d'entreprise publique envisagée en France n'est absolument pas identique à celle qu'on emploie au Brésil.

Pendant tout le travail, l'auteur fait une analyse détaillée des organismes chargés d'exercer tel contrôle au Brésil et en France, et aussi de leur fonctionnement au point de vue de l'action pratique et de la législation.

# PLANEJAMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BAIANO

*Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva, do  
Instituto de Geociências da Universidade  
Federal da Bahia, e Waldeck Vieira Ornelas,  
da SEPLANTEC.*

## I - O PROJETO DE REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As preocupações com o inter-relacionamento entre planejamento e desenvolvimento regional na Bahia, em comparação com muitos Estados da Federação, são bem antigas e atingem hoje um estágio favorável à adoção de projetos e programas específicos.

Com efeito, o pioneirismo da Bahia em termos de planejamento estadual, manifestado claramente com a criação da Comissão de Planejamento Econômico, em 1955, seria mais tarde estendido a problemas de planejamento vistos a nível espacial, como consequência natural das grandes dimensões do território baiano e de sua variedade quanto às características físicas e humanas. Isto ficou exemplificado com a Lei 2321, de 1966, que dividiu o Estado em 21 Regiões Administrativas, com base na influência das cidades, tomada em termos hierárquicos. Antes, o Prof. Milton Santos já havia dado uma contribuição original a estes problemas, em termos de análise, ao apresentar, em 1958, um estudo sobre zonas de influência comercial do Estado da Bahia. Outros estudos visando regionalizar o Estado segundo vários critérios e a vários níveis foram igualmente realizados.

**N. da R.** - Este estudo foi apresentado pelos seus autores, em forma de comunicação, ao 1º Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, promovido pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de S. Paulo, de 26 a 28 de agosto de 1974.

Apesar de terem servido de base para algumas atividades setoriais de planejamento a nível espacial, notadamente nas áreas da Educação e Saúde, pode-se observar que estes trabalhos não conseguiram dar origem a uma ação integrada de planejamento regional. Consciente deste fato, a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo Estadual estabeleceu, no final de 1972, um convênio com a Universidade Federal da Bahia, visando promover um estudo que ao mesmo tempo atualizasse a divisão regional do Estado e oferecesse um modelo de ação regional por parte do Governo Estadual, em estreita colaboração com o Governo Federal e com os Governos Municipais.

## O ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

O estudo destinado a oferecer uma nova divisão regional para o Estado da Bahia teve como fundamentação teórica as proposições de W. Christaller em sua Teoria das Localidades Centrais. Admitiu-se assim que a organização do espaço geográfico, em termos dinâmicos, é uma função do papel dirigente das cidades e que isto seria de grande importância para a regionalização, quer do ponto de vista puramente administrativo quer do ponto de vista econômico.

Este papel preponderante das cidades com relação ao funcionamento da economia a nível espacial seria dado pela função de distribuição de bens e serviços, base da Teoria das Localidades Centrais. As atividades ligadas a esta função dependem do consumo e da utilização não-uniforme — no tempo e no espaço — de bens e serviços, o que gera limites de mercado que irão justificar a presença de determinados equipamentos. Assim, bens e serviços consumidos e utilizados freqüentemente devem estar presentes em todas as cidades; os bens e serviços mais raros estão, por sua vez, localizados em um certo número de cidades em função do tamanho do mercado, mas são também oferecidos a outras que não apresentam justificativa para a localização dos mesmos. Estabelece-se, desta forma, uma hierarquia urbana com significativa repercussão sobre o espaço através da constituição das esferas de influência das cidades.

A utilização da Teoria das Localidades Centrais torna-se tanto mais válida quando se considera que a regionalização do espaço pelo setor industrial é ainda inexpressiva no Estado da Bahia e que, tomando-se por base o setor primário, o resultado seria uma imagem algo estática do espaço, dificultando sua utilização para o planejamento regional. O espaço organizado pelo setor terciário é do tipo funcional, adaptando-se com facilidade ao planejamento regional em termos analíticos e preditivos.

Como medir, então, a posição de cada cidade no sistema urbano do Estado e como determinar as áreas de influência? Optou-se por uma metodologia quantitativa em razão das economias de tempo e de recursos, além, obviamente, da eficácia proporcionada por tais métodos, comprovada por inúmeros exemplos.

Assim, o trabalho baseou-se em uma análise fatorial de 87 cidades baianas e 15 variáveis. As cidades foram escolhidas em função do tamanho, ou seja, foram tomadas todas as que tinham mais de 5.000 habitantes em 1970, considerando-se que as de população inferior não seriam lugares centrais expressivos. As variáveis foram selecionadas visando caracterizar as funções centrais das cidades (número de agências bancárias, número de estabelecimentos do comércio atacadista, número de empresas de mais de 10 empregados, número de profissionais de nível superior, número de telefones, número de linhas de ônibus intermunicipais, etc.).

Pode-se definir como objetivo da análise fatorial o esclarecimento das relações existentes entre muitas variáveis, de forma que as informações totais (ou a maior parte delas) passam a ser explicadas através de componentes ou características (fatores) pouco numerosos. Em outras palavras, o propósito da análise fatorial é explicar, simplificada, relações observadas entre numerosas variáveis.

As observações devem ser feitas, inicialmente, sobre  $p$  variáveis (como, por exemplo, as funções centrais acima mencionadas) em relação a  $n$  objetos (no nosso caso, as cidades), onde  $n$  deve ser maior que  $p$ , o que estabelece uma matriz  $n \times p$ . Esta matriz precisa ser simplificada e interpretada, objetivo da análise fatorial, através dos seguintes passos:

- primeiramente, transformando-se a matriz de dados em uma matriz simétrica de correlação entre variáveis ( $p \times p$ );
- em segundo lugar, na análise fatorial utilizada — do tipo  $R^1$  — procurando-se explicar a matriz de correlação por um pequeno número de fatores ou variáveis hipotéticas. Simplificando, procede-se da seguinte forma: a análise da matriz de correlação  $p \times p$  permite agrupar determinadas variáveis altamente correlacionadas em novas e hipotéticas variáveis que são os fatores pouco numerosos. Determina-se, também, as correlações dos novos fatores com as variáveis originais, achando-se aquelas que melhor medem um dado fator. Constrói-se, assim, uma matriz fatorial  $p \times k$ , onde  $k$  corresponde ao número de fatores;
- o terceiro passo consiste na computação dos escores de fator, através da relação dos pesos de cada variável nos fatores com a matriz dos dados padronizados.

Com isto, cada cidade recebe um escore correspondente à listagem de variáveis que apresenta e à importância destas nos diversos fatores. Caso as variáveis originais pesem negativamente, e de forma importante, em uma nova variável dada (fator), então o escore de fator será altamente negativo se os valores das variáveis forem largamente positivos. Por exemplo, o escore para Salvador, relativo ao fator encontrado é -9.1347, o que demonstra que há um grande número de bancos, médicos, número de leitos hospitalares, etc., ou seja, das variáveis que pesam negativamente e possuem valores positivos.

Administrativas ou das 9 Regiões Econômicas ou, ainda, das 4 Capitais do sistema de dominação-dependência, alternativamente.

Por outro lado, estudos de tamanho/hierarquia das cidades para 1940/50/60/70 revelaram significativa tendência de maior crescimento das cidades intermediárias, a partir de 1960, com relação à capital do Estado. Com isto, a primazia de Salvador tende a diminuir consideravelmente. Mas, esta tendência demográfica, favorável ao desenvolvimento econômico, não é acompanhada pela tendência de equilíbrio do equipamento urbano ligado à prestação de serviços e distribuição de bens. Isto ficou revelado na comparação entre Salvador e as cidades intermediárias, com base na população e nos escores de fator. A distância de Salvador em relação às cidades intermediárias, é menor do ponto de vista demográfico, do que no que diz respeito aos escores indicadores do desenvolvimento urbano. Isto fornece importantes subsídios quanto à formulação de uma política de desenvolvimento regional.

## II – A ESTRATÉGIA PARA O PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL

A análise que posteriormente se fez, objetivando definir uma estratégia para o planejamento territorial na Bahia, houve por bem enfatizar o planejamento como processo, e tomar a aceitabilidade política como uma das pré-condições a serem atendidas, tendo concluído pela impossibilidade de adotar, rigidamente, qualquer dos modelos teóricos mais comuns, optando pelo desdobramento das linhas de ação que vêm sendo desenvolvidas dentro da política de planejamento do Estado.

Em muito contribuiu para isto o fato de o Governo Estadual, após testemunhar o desempenho pouco satisfatório de algumas experiências alternativas, haver retomado a regionalização administrativa, com base em cuja revisão já foram implantadas Coordenadorias Regionais de Educação em cada uma das novas regiões estabelecidas; Circunscrições Regionais de Trânsito em duas delas, estando uma terceira em estudos; e, inclusive, institucionalizado o primeiro dos Centros Regionais Integrados.

Saliente-se que o esquema de implantação adotado para a descentralização administrativa recomendou um procedimento bastante flexível, em que a meta é ter uma unidade de cada setor em cada região, numa progressividade que pode dar-se segundo prioridades setoriais, regionais ou setoriais-regionais, e onde apenas o organismo coordenador tem rigidamente estabelecida a cidade onde deverá ficar sediado.

Além disso, aos esforços recentes cumpre adicionar as unidades administrativas anteriormente estabelecidas no interior, de que são exemplos as residências rodoviárias, as delegacias regionais de polícia e os centros executivos regionais

Os avanços são, assim, bastante significativos. Não se pode, contudo, esquecer que nas regionalizações desta natureza, o espaço é visto, apenas, como base geográfica para a melhoria das práticas administrativas, ou seja, a sua organização é tomada como variável independente, uma vez que o objetivo final é elevar a eficiência do aparato burocrático.

Isto implica em que as regionalizações para fins administrativos tendem a acatar na análise, e a consolidar na prática, a conformação existente do espaço, uma vez que a acessibilidade e a comunicabilidade dos centros urbanos são os elementos de juízo mais importantes para a localização do equipamento institucional.

Se, no entanto, o que desejamos obter é a superação do subdesenvolvimento, há de notar-se que uma regionalização para este outro fim vai exatamente questionar o espaço, interrogar-se sobre ele, no sentido de verificar se o espaço resultante da ação espontânea das forças de mercado é ou não compatível com o esforço em prol do desenvolvimento.

Outrossim, quer nos parecer que a localização do equipamento institucional, ao lado das inversões públicas em geral, constitui-se, nas sociedades de tipo capitalista, em um dos mais importantes instrumentos de que dispõe o Estado para interferir na organização e funcionalidade do espaço. Isto posto, é estratégico que a regionalização administrativa venha a identificar-se com uma regionalização econômica de caráter prospectivo, ainda que para tanto se tenha, em alguns casos, que transigir com os critérios que devem servir de base ao estabelecimento de uma ou de outras.

Assim, dispondo a Bahia de um recente estudo de regionalização para fins administrativos, e estando o Governo procedendo — como lhe foi tecnicamente recomendado — à progressiva implantação de unidades administrativas espacialmente descentralizadas, a tarefa seguinte passou a ser a de dar complementaridade ao referido estudo, objetivando o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento territorial para o Estado.

### ESQUEMA GERAL

Desta forma, o Projeto de Regionalização Administrativa (1973), em um dado momento, passou a ser tomado como marco inicial de nova diretriz para o tratamento do aspecto territorial no desenvolvimento da Bahia, dando origem a uma abordagem que temos chamado de **política urbano-regional**, haja vista apoiar-se, fundamentalmente, em dois critérios que lhe dão esta especificidade:

1º — toma a cidade como elemento dinâmico e dinamizador da ocupação e ordenamento do espaço;

2º — atribui relevância às características das economias regionais como elemento determinante das prioridades, características e padrão dos investimentos que devem ser feitos nas cidades-sede, subcentros e demais núcleos integrantes do subsistema urbano de cada unidade regional.

Obviamente, não se trata de um modelo completo, plenamente delineado, mas sim de uma abordagem estratégica, que contempla as peculiaridades do caso baiano; vem sendo elaborada de acordo com as decisões adotadas nos níveis federal e estadual de governo, tendo ainda satisfeito aos requisitos de:

- a) proporcionar correspondência entre sua formulação teórico-metodológica e o objetivo de superação do subdesenvolvimento;
- b) apresentar viabilidade executiva dentro do âmbito de atuação e competência do Estado-membro brasileiro;
- c) atender à disponibilidade, ainda que potencial, de informações e recursos, além das conveniências de tempo;
- d) permitir a capitalização dos esforços anteriormente realizados.

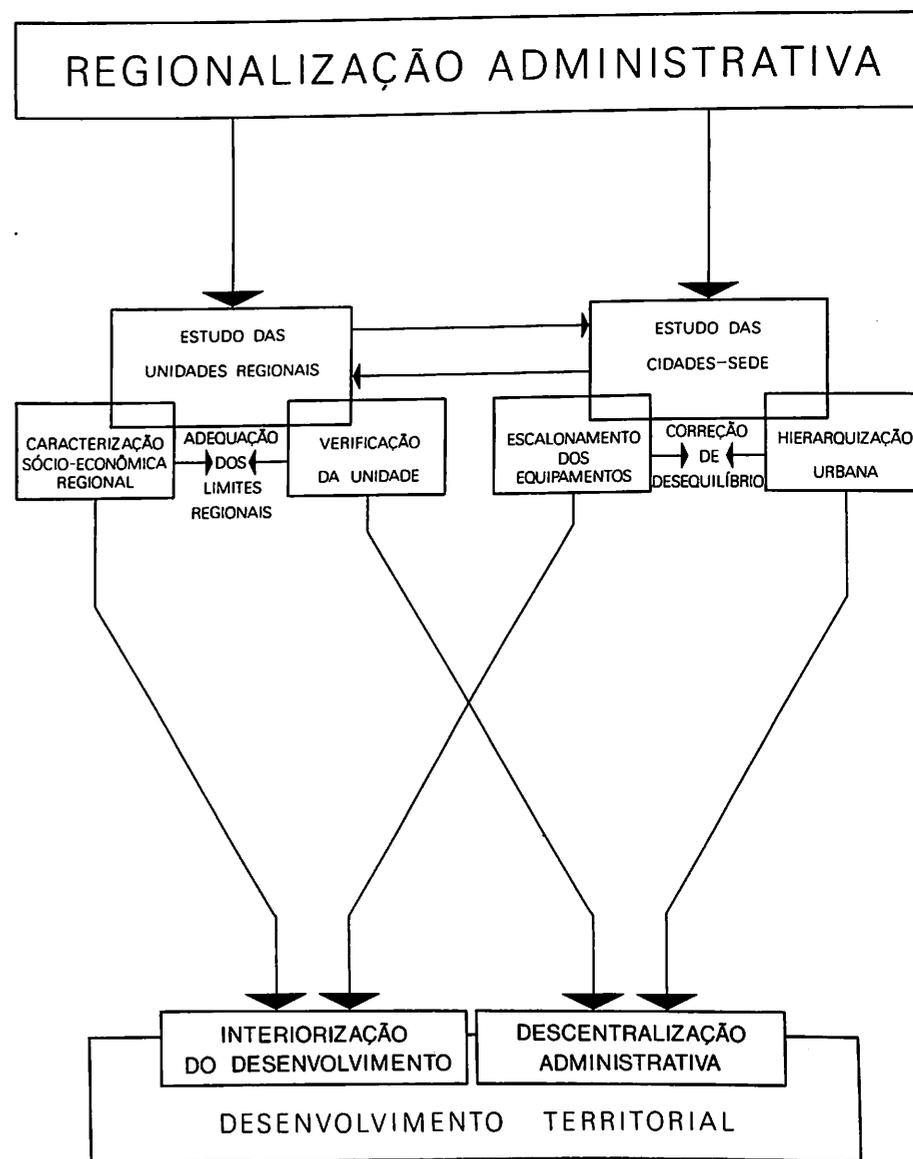
O procedimento metodológico desta abordagem envolve uma modulação que toma por base as unidades regionais de caráter administrativo — anteriormente definidas e já legalmente estabelecidas — abrangendo a realização, em cada uma delas, de dois estudos simultâneos, complementares e levados a cabo por uma mesma equipe interdisciplinar: um de caráter exploratório, que busca verificar a validade da própria delimitação da unidade regional; o outro, de caráter prescritivo, não quantificado, implica numa verificação *in-loco* das condições gerais da região, das "frentes" características de sua economia, dos processos sociais que aí têm tido lugar, do papel que cumpre, na região, o equipamento institucional de nível extra-local e, inclusive, trata de verificar a confiabilidade dos dados estatísticos de que se dispõe.

A conclusão destes estudos, quando analisadas regiões vizinhas, permitirá não apenas que se corrijam equívocos, onde existam, quanto à delimitação de cada uma das atuais regiões administrativas, mas também, e sobretudo, que se proceda a uma adequação, no sentido de que as regiões operativas — de caráter administrativo — venham a coincidir com regiões econômicas, fazendo-se, assim, com que a localização do equipamento institucional dos níveis superiores de governo possa vir a ser utilizada como instrumento da política de acondicionamento territorial.

Paralelamente a estes estudos de tipo regional, busca-se conhecer, em profundidade, as cidades-sede das regiões administrativas, de modo a agrupá-las segundo sua hierarquia urbana, e definir, de imediato, uma política de inversões que, corrigindo uma inadequada alocação de infra-estrutura porventura ocorrida no passado, possa homogeneizá-las de acordo com as suas categorias, e tendo em vista o necessário escalonamento dos equipamentos.

Por sua vez, e após coberto todo o território estadual, o conjunto de estudos há de conduzir à formulação de uma estratégia de desenvolvimento territorial para o Estado, devidamente corporificada na elaboração de um modelo normativo de descentralização administrativa e interiorização do desenvolvimento (Fig. 1).

figura 1 - ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL PARA A BAHIA



A inter-relação entre os estudos de tipo regional e o estudo de cidades-sede mostra-se, por sua vez, da maior validade, devendo os primeiros indicar a incidência da região na caracterização do respectivo centro, e o segundo responder com a participação que a cidade-sede terá na determinação de uma nova função de produção regional.

Cumprida esta primeira etapa, no tratamento sistemático da estrutura territorial do Estado, ênfase deverá ser dada ao estudo do processo de urbanização e seus padrões, de modo a permitir o aperfeiçoamento progressivo da abordagem.

## OS ESTUDOS DE TIPO REGIONAL

Para a realização desta série de estudos, na parte relativa à verificação da unidade, tem-se buscado desenvolver uma metodologia passível não apenas de repetição, mas também, de aplicabilidade a regiões com diferentes níveis de desenvolvimento. Neste sentido — e segundo a orientação adotada pelo próprio Projeto de Regionalização Administrativa — o estágio de desenvolvimento em que ainda se encontra a economia baiana indica que tal metodologia deve buscar seu fundamento nas teorias relativas às atividades de distribuição, procedidas as adaptações necessárias à área e ao objetivo dos estudos.

O espaço homogêneo, por sua vez, deverá ser considerado como se fora uma carta de fundo, uma vez que em grandes faixas do território objeto de análise, continua imperando uma economia tipicamente de subsistência, e a ocupação demográfica é ainda bastante rarefeita, de modo que, nestas vastas áreas, os fatores naturais até agora prevalecem de maneira praticamente incontestável, revelando-nos, ademais, que o processo de desenvolvimento não tem se alastrado por todo o Estado.

Diante deste quadro é natural, portanto, que a adoção de uma metodologia baseada em polarização (espaços campo de força) não poderia ser utilizada, sob pena de não permitir o aprofundamento desejado nestes estudos.

O roteiro final estabelecido, que vem sendo testado em uma das unidades regionais, terminou por incluir:

a) uma parte descritiva, em que se trava um primeiro contato com a área objeto de estudo, manifestado através do conhecimento dos processos de ocupação e urbanização, assim como do evoluir da sua organização político-territorial;

b) uma parte informativa, na qual se verifica o enquadramento anterior da área de estudo como unidade espacial. Considera-se, nesta segunda parte, cada uma das regionalizações oficiais de nível estadual e federal, assim como outras regionalizações em que a área está envolvida;

c) finalmente, numa terceira parte, procede-se ao estudo propriamente dito da região, dividido em dois enfoques:

- o de homogeneidade, para o que se consideram indicadores do tipo físico, social e das atividades do setor primário da economia;
- o de centralidade, subdividido em quatro aspectos: a disponibilidade de serviços e equipamentos; a prestação real de serviços (escolares, médicos, financeiros); as correntes de transporte de passageiros e os circuitos de comércio varejista e/ou atacadista; e, por último, o tamanho demográfico das localidades.

Como se disse anteriormente, a homogeneidade é tomada apenas como ponto de referência, não devendo ter grande incidência sobre a determinação da região. Assim, para verificar sua delimitação e, ainda, hierarquizar, caracterizar, categorizar e determinar a área de influência das diversas localidades, a maior importância recai sobre o grupo de estudos chamados de centralidade, em relação aos quais é interessante destacar alguns pontos:

1. o equipamento de serviços públicos deve ser analisado com reserva, uma vez que a sua alocação tem-se processado geralmente em bases aleatórias, podendo gerar significativas distorções na análise da hierarquia e área de influência dos centros urbanos;
2. o equipamento institucional, por sua vez, não será considerado como indicador de centralidade, porque o seu papel deve ser o de instrumento da política de organização do espaço;
3. a hierarquia e a área de influência dos núcleos devem ser estabelecidas, portanto, com base na análise do equipamento comercial de cada localidade. Isto requer uma listagem dos ramos de comércio, e sua desagregação em tipos de estabelecimentos comerciais, os quais, segundo Dickinson, se distinguem, da pequena à grande cidade, mais por sua variedade e qualidade do que por suas características básicas<sup>2</sup>;
4. a determinação do centro regional deve basear-se não apenas na hierarquia dimensional da cidade — fruto de sua dotação de equipamento comercial — mas, sobretudo, a partir da extensão das áreas de influência urbana, uma vez que nas zonas onde persistem grandes dificuldades de transportes e comunicações, à maior hierarquia pode não corresponder a maior área de influência;
5. em cada região deve ser verificada, e se possível detalhada, a categorização estabelecida pela Fundação IBGE na Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, por ser este o modelo de divisão do País, para fins de ação administrativa.

As informações assim obtidas devem ser confrontadas, *pari passu*, com aquelas relativas às características econômicas, aos processos sociais e às atividades administrativas verificadas na região, de modo a permitir a confirmação dos limites anteriormente estabelecidos ou a sugestão de correções, a serem verificadas em conjunto com o estudo das regiões limítrofes.

## O ESTUDO DAS CIDADES-SEDE

Para a realização deste estudo, admitiu-se a hipótese de que não sofrerá alteração a listagem das cidades-sede das regiões administrativas — ainda quando procedida sua adequação a critérios de natureza econômica — uma vez que inúmeros estudos anteriores, independentemente de seus objetivos específicos indicaram, **grosso modo**, sempre as mesmas cidades como sendo o conjunto das cidades econômica, social, política e demograficamente mais importantes do Estado.

Aliás, já existe, inclusive, teorização a respeito da estabilidade dos centros, manifesta através da verificação da tendência a uma crescente homogeneidade no processo de crescimento do sistema de cidades<sup>3</sup>.

Aceita, pois, a hipótese, de que os estudos de tipo regional somente implicarão alterações nos limites inter-regionais, o estudo das cidades-sede ganha prioridade, e deve voltar-se fundamentalmente para:

a) **Análise do Equipamento Comercial** — Pelas mesmas razões, e tendo por objetivo a categorização dos centros, dever-se-á adotar procedimento idêntico ao do estudo de verificação das unidades regionais;

b) **Levantamento da Infra-Estrutura Econômica e Social** — Deverá ser feito de maneira exaustiva, não apenas quanto à identificação da infra-estrutura existente, mas, também, de suas características técnicas, capacidade, demanda, necessidade, etc., uma vez que deverá servir de subsídio para a definição dos investimentos necessários (tendo em vista as características sócio-econômicas regionais); às indicações para correção dos desequilíbrios intragrupo (a partir de categorização decorrente da análise do equipamento comercial); e, finalmente, à proposição de um modelo de escalonamento dos equipamentos, que daí se derivará, uma vez que se está trabalhando com as cidades de maior nível de equipamento do Estado;

c) **Análise Demográfica** — Proceder-se-á de modo comparativo, segundo os dados censitários, buscando verificar a importância de cada cidade, através do seu peso relativo, assim como as alterações significativas dentro do conjunto das cidades-sede, para em seguida estabelecer as causas de sua evolução ou perda de importância em diferentes momentos;

d) **Caracterização Funcional das Cidades** — Procurar-se-á, em cada caso, determiná-la, através das atividades, empregos, produção local e regional, de modo a permitir melhor adequação da infra-estrutura e definição das prioridades de atendimento.

A análise conjunta dos elementos obtidos deve dar lugar à elaboração de uma programação de inversões capaz de, a curto prazo, atender às necessidades aproveitamento do potencial existente nas regiões e melhoria da qualidade de vida das populações.

Por outro lado, e apesar da hipótese inicial, o fato de estar contemplada no estudo não impede a posterior substituição de qualquer das cidades-sede, as quais são passíveis de recomendação neste sentido, seja por parte do respectivo estudo de tipo regional, seja quando da definição da estratégia de desenvolvimento territorial.

A efetivação da série de estudos de tipo regional, conjuntamente com o estudo das cidades-sede, há de proporcionar ao sistema estadual de planejamento a disponibilidade de um conjunto de informações, análises e prognósticos sobre o sistema de cidades e os aspectos territoriais da economia, da organização social, e do equipamento institucional, de modo que, a par das decisões a que deve dar lugar cada um dos estudos isoladamente, se possa utilizá-los de maneira solidária, para a elaboração de propostas alternativas, capazes de conformarem uma estratégia de desenvolvimento territorial para o Estado, mediante o aproveitamento conjugado das potencialidades regionais com a capacidade que têm os centros urbanos de funcionarem como propulsores do desenvolvimento.

A conjugação destes dois fatores somente poderá se dar, de acordo com o esquema geral proposto, mediante o estabelecimento de um modelo normativo que:

- do ponto de vista da descentralização administrativa, não apenas melhore a eficiência do aparato burocrático mas sirva, também, ao fortalecimento do poder de decisão regional;
- não interprete interiorização do desenvolvimento como a imposição, ao resto do território, da estrutura da produção e dos padrões de consumo do Centro Metropolitano.

Vista sob este prisma, a estratégia de desenvolvimento territorial, paralelamente a um mais adequado ordenamento do espaço, há de estimular e permitir que cada porção do território possa organizar-se em região, em moldes condizentes com a sua específica combinação de fatores.

## NOTAS

- (1) A análise fatorial tipo R estabelece uma medida de 2 variáveis com relação a um objeto. Outro tipo importante de análise fatorial — o tipo Q — correlaciona dois objetos com base nas variáveis.
- (2) DICKINSON, Robert E. — *Ciudad, región y regionalismo*. Ediciones Omega, Barcelona, 1961.
- (3) LASUÉN, J. R. — *De los polos de crecimiento*, mimeografado, Curso de Planificación Regional del Desarrollo, ILPES, 1971.

## BIBLIOGRAFIA

1. LEITE, Arnaldo Murilo N. Modelo administrativo para a ação regional no Estado da Bahia. In: BAHIA. UFBA & Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Projeto de regionalização administrativa para a Bahia*. 1973.
2. ORNELAS, Waldeck V. Urbanização versus municipalismo no Brasil: notas sobre uma dupla problemática. *Planejamento na Bahia*. Salvador, 2 (1): jan./fev. 1974.
3. \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento territorial*, uma abordagem para o caso baiano (documento de trabalho). Salvador, SEPLANTEC, CPE, 1974.
4. SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo & GALBRAITH, James Herbert. A Organização do espaço na Bahia, uma análise fatorial. In: BAHIA. UFBA & SEPLANTEC. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, 1973.
5. SOARES, Douraci. Proposição de regionalização administrativa para o Estado da Bahia. In: BAHIA. UFBA & SEPLANTEC. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, 1973.
6. XAVIER, Ederval A. & SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo. Análise das proposições precedentes da regionalização na Bahia. In: BAHIA. UFBA & SEPLANTEC. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, 1973.
7. \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_. Considerações sobre uma política de desenvolvimento regional para o Estado da Bahia. In: BAHIA. UFBA & SEPLANTEC. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, 1973.

## TERRITORIAL PLANNING: CONSIDERATION ON THE BAHIAN CASE

Communication presented by the authors at the 1st Meeting of Regional Planning and Development, promoted by the Secretariat of Economy and Planning of the State of S. Paulo in August 1974.

The Authors observe that regional planning and development is an ancient concern in Bahia. A recent and advanced stage of such concern are the studies of regional division of the State determined in 1972 by the Secretariat of Planning, Science and Technology under an agreement with the Federal University of Bahia. Describing this undertaking they add that it was based on a factorial analysis of 87 bahian cities and 15 variables, inserting in the communication of table of urban hierarchy of the State of Bahia. They further show that the Project of Administrative Regionalisation has become the starting point of new guidelines for dealing with the territorial aspect in the development of Bahia. They stress "The territorial development strategy, running parallel to a more adequate space order, will stimulate and permit that each portion of territory can organize itself into region, in a pattern suitable to its specific combination of factors".

## PLAN TERRITORIAL: CONSIDÉRATIONS SUR LE CAS DE BAHIA

L'oeuvre sous ce titre est une communication présentée durant la 1<sup>ère</sup> Rencontre de Planification et Développement Régionale organisée par le Secrétariat d'Economie et Planification de São Paulo, au mois d'août, 1974.

Dès le début du texte, les auteurs soutiennent que, à Bahia, les préoccupations attachées à la planification et au développement régionaux sont très anciennes. Les études pour la division régionale de l'Etat, déterminées en 1972 par le Secrétariat de Planification, Science et Technologie, en accord avec l'Université Fédérale de Bahia en sont un exemple récent.

Quand les auteurs ont développé cette entreprise, ils ont dit qu'elle était basée sur une analyse factorielle de 87 villes et 15 variables, et ils ont présenté un tableau pour expliquer la hiérarchie urbaine de Bahia. Ils ont affirmé que le Projet de Régionalisme Administratif est considéré comme le commencement d'une orientation nouvelle pour la solution du problème territorial dans le développement de Bahia.

À la fin du travail, ils assurent que:

"La stratégie de développement industriel et une organisation plus adéquate de l'environnement stimuleront et permettront que chaque partie du territoire (de Bahia) puisse s'ériger en région, d'après des modèles en accord avec leur spécifique combinaison de facteurs."